

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO – TJMA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2024



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

TÉCNICO JUDICIÁRIO – APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO – APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 01 a 05.

O mundo não vai acabar. Mas vai.

O Rio Grande do Sul está enfrentando o pior desastre natural de sua história. (...) O volume de chuvas inédito – em uma semana, já caiu metade de toda a precipitação prevista para 2024 – é, em grande parte, culpa de uma sequência de frentes frias que deveriam ter cruzado os céus gaúchos só de passagem, mas acabaram estacionando em cima do estado e derramando toda a água ali.

O trânsito de nuvens na atmosfera congestionou porque, em pleno outono, uma onda de calor atingiu o Sudeste e o Centro-Oeste e bloqueou o caminho dessas frentes para latitudes mais altas.

Essa onda não foi a primeira, é claro. O outro surto de temperaturas extremas que o Centro-Sul do Brasil encarou no meio de março, dias antes do início do outono, foi um marco na série histórica. A cidade de São Paulo bateu um recorde de temperatura para o mês: 37,4°C em 16 de março. Um dia depois, o município do Rio registrou sensação térmica de 62,3°C. Parte do crédito por esse caos, você sabe, é do *El Niño*, uma mudança na circulação dos ventos e das águas no Pacífico que ocorre de maneira cíclica e sempre acentua o verão brasileiro.

Mas a culpa também é nossa. O calor é consequência da emissão desmedida de gases de efeito estufa pelo ser humano desde o início da era industrial, no século 18. A temperatura média global no *El Niño* de 1998 foi 0,64°C acima da média. Em 2005, 0,69°C. Em 2010, 0,71°C. Em 2016, 0,99°C. O Menino está cada vez mais quente.

Pouca gente, porém, parece desesperada. Uma reportagem do Jornal Hoje exibida em 18 de março descreveu o último final de semana do verão como “caprichado”, e mostra uma banhista feliz com o prospecto de tomar uma dose cavalariça de radiação UV: “amo calor, amo verão, espero que nunca acabe”. Por que sofremos de uma incapacidade crônica de entender a gravidade das mudanças climáticas?

Deslizamentos de terra e enchentes como no Rio Grande do Sul (2024), no litoral norte de São Paulo (2023) e em Petrópolis (2022) geram comoção no noticiário, mas logo desaparecem da memória de todos, com exceção dos diretamente afetados. É muito difícil entender fatos afastados no tempo como capítulos de um mesmo processo gradual de degradação ecológica. Mas eles são: com um aumento de 1°C na temperatura média global, que já aconteceu, chuvas extremas têm 6,7% mais água e inundações se tornam 30% mais comuns.

Além de uma percepção inadequada do tempo geológico, há o problema de que somos péssimos em fazer sacrifícios em curto-prazo para colher benefícios em longo-prazo. Sair de carro alivia minha preguiça agora, enquanto pressionar as autoridades por políticas públicas para melhorar o transporte público salvará meus netos – além de ser uma ação de resultado incerto, que depende de algum grau de ação coletiva.

São obstáculos psicológicos, acima de tudo, que precisamos transpor para combater com eficácia as mudanças climáticas. Nossos cérebros não evoluíram para entender como ameaça o que não nos afeta perceptivelmente.

Em suma: não é o mundo que vai acabar se deixarmos as mudanças climáticas rolarem soltas. Só o mundo como o conhecemos. E o que é o mundo senão o que você conhece? Pense em cada casa, escola, restaurante etc. que estão debaixo d'água no Rio Grande do Sul: nós somos os lugares em que vivemos, as memórias que cultivamos, as pessoas que amamos e até nossos objetos favoritos. O aquecimento global pode parecer um problema abstrato, mas já estamos experimentando suas consequências reais. Para as vítimas de tragédias ambientais, o mundo já acabou. E agora elas precisam reconstruí-lo.

(VAIANO, Bruno. *O mundo não vai acabar. Mas vai. Revista Superinteressante, 2024. Adaptado.*)

Questão 01

Assinale a alternativa em que a expressão destacada em I, quando substituída pelo termo destacado em II, acarreta sensível alteração de sentido.

- A) I. “São obstáculos psicológicos, acima de tudo, que precisamos transpor [...]” (8º§)
II. São obstáculos psicológicos, assiduamente, que precisamos transpor [...]
- B) I. “[...] sequência de frentes frias que deveriam ter cruzado os céus gaúchos só de passagem [...]” (1º§)
II. [...] sequência de frentes frias que deveriam ter cruzado os céus gaúchos só transitoriamente [...]
- C) I. “Em suma: não é o mundo que vai acabar se deixarmos as mudanças climáticas rolarem soltas.” (9º§)
II. Sumariamente: não é o mundo que vai acabar se deixarmos as mudanças climáticas rolarem soltas.
- D) I. “[...] uma mudança na circulação dos ventos e das águas no Pacífico que ocorre de maneira cíclica [...]” (3º§)
II. [...] uma mudança na circulação dos ventos e das águas no Pacífico que ocorre ciclicamente...

Questão 02

O título do texto – “O mundo não vai acabar. Mas vai.” – sugere uma aparente contradição. Considerando as informações veiculadas no texto, pode-se compreender que o mundo

- A) continuará existindo, pois é possível nos precavermos dos cataclismos.
- B) continuará existindo, embora com uma configuração diferente da atual.
- C) deixará de existir, caso a degradação ecológica permaneça desenfreada.
- D) deixará de existir, já que os cataclismos destruirão tudo que conhecemos.

Questão 03

Releia: “Uma reportagem do Jornal Hoje exibida em 18 de março descreveu o último final de semana do verão como ‘caprichado’, [...]” (5º§). De acordo com o texto, o termo “caprichado” foi utilizado para caracterizar um verão com

- A) elevada umidade.
- B) altas temperaturas.
- C) intensa precipitação.
- D) prolongada estiagem.

Questão 04

No 5º§, há o seguinte questionamento: “Por que sofremos de uma incapacidade crônica de entender a gravidade das mudanças climáticas?”. Segundo o texto, a resposta mais adequada para a referida pergunta é:

- A) “O calor é consequência da emissão desmedida de gases de efeito estufa pelo ser humano [...]” (4º§)
- B) “[...] somos péssimos em fazer sacrifícios em curto-prazo para colher benefícios em longo-prazo.” (7º§)
- C) “Nossos cérebros não evoluíram para entender como ameaça o que não nos afeta perceptivelmente.” (8º§)
- D) “É muito difícil entender fatos afastados no tempo como capítulos de um mesmo processo gradual de degradação ecológica.” (6º§)

Questão 05

O termo destacado na passagem “Pouca gente, porém, parece desesperada.” (5º§) apresenta valor semântico semelhante ao da conjunção destacada em:

- A) “[...] não é o mundo que vai acabar se deixarmos as mudanças climáticas rolarem soltas.” (9º§)
- B) “[...] pressionar as autoridades por políticas públicas para melhorar o transporte público [...]” (7º§)
- C) “O aquecimento global pode parecer um problema abstrato, mas já estamos experimentando [...]” (9º§)
- D) “O trânsito de nuvens na atmosfera congestionou porque (...) uma onda de calor atingiu o Sudeste [...]” (2º§)

Leia o texto para responder às questões de 06 a 15.

Todo filho é pai da morte de seu pai

Há uma quebra na história familiar onde as idades se acumulam e se sobrepõem e a ordem natural não tem sentido: é quando o filho se torna pai de seu pai.

É quando o pai envelhece e começa a trotear como se estivesse dentro de uma névoa. Lento, devagar, impreciso.

É quando aquele pai que segurava com força nossa mão já não tem como se levantar sozinho. É quando aquele pai, outrora firme e intransponível, enfraquece de vez e demora o dobro da respiração para sair de seu lugar.

É quando aquele pai, que antigamente mandava e ordenava, hoje só suspira, só geme, só procura onde é a porta e onde é a janela – tudo é corredor, tudo é longe.

É quando aquele pai, antes disposto e trabalhador, fracassa ao tirar sua própria roupa e não lembrará de seus remédios.

E nós, como filhos, não faremos outra coisa senão trocar de papel e aceitar que somos responsáveis por aquela vida. Aquela vida que nos gerou depende de nossa vida para morrer em paz.

Todo filho é pai da morte de seu pai.

Ou, quem sabe, a velhice do pai e da mãe seja curiosamente nossa última gravidez. Nosso último ensinamento. Fase para devolver os cuidados que nos foram confiados ao longo de décadas, de retribuir o amor com a amizade da escolta.

E assim como mudamos a casa para atender nossos bebês, tapando tomadas e colocando cercadinhos, vamos alterar a rotina dos móveis para criar os nossos pais.

Uma das primeiras transformações acontece no banheiro.

Seremos pais de nossos pais na hora de pôr uma barra no box do chuveiro.

A barra é emblemática. A barra é simbólica. A barra é inaugurar um cotovelo das águas.

Porque o chuveiro, simples e refrescante, agora é um temporal para os pés idosos de nossos protetores. Não podemos abandoná-los em nenhum momento, inventaremos nossos braços nas paredes.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

A casa de quem cuida dos pais tem braços dos filhos pelas paredes. Nossos braços estarão espalhados, sob a forma de corrimões.

Pois envelhecer é andar de mãos dadas com os objetos, envelhecer é subir escada mesmo sem degraus.

Seremos estranhos em nossa residência. Observaremos cada detalhe com pavor e desconhecimento, com dúvida e preocupação. Seremos arquitetos, decoradores, engenheiros frustrados. Como não previmos que os pais adoecem e precisariam da gente?

Nos arrependemos dos sofás, das estátuas e do acesso caracol, nos arrependemos de cada obstáculo e tapete.

E feliz do filho que é pai de seu pai antes da morte, e triste do filho que aparece somente no enterro e não se despede um pouco por dia.

Meu amigo José Klein acompanhou o pai até seus derradeiros minutos.

No hospital, a enfermeira fazia a manobra da cama para a maca, buscando repor os lençóis, quando Zé gritou de sua cadeira:

– Deixa que eu ajudo.

Reuniu suas forças e pegou pela primeira vez seu pai no colo.

Colocou o rosto de seu pai contra seu peito.

Ajeitou em seus ombros o pai consumido pelo câncer: pequeno, enrugado, frágil, tremendo.

Ficou segurando um bom tempo, um tempo equivalente à sua infância, um tempo equivalente à sua adolescência, um bom tempo, um tempo interminável.

Embalou o pai de um lado para o outro.

Aninhou o pai.

Acalmou o pai.

E apenas dizia, sussurrado:

– Estou aqui, estou aqui, pai!

O que um pai quer apenas ouvir no fim de sua vida é que seu filho está ali.

(Fabrício Carpinejar. Coluna GZH Comportamento. Em: 06/10/2013.)

Questão 06

Sobre a classe gramatical das palavras grifadas, tem-se a correspondência correta em:

- A) “Seremos estranhos em nossa residência.” (16º§) – pronome demonstrativo.
- B) “[...] agora é um temporal para os pés idosos de nossos protetores.” (13º§) – conjunção subordinativa final.
- C) “Ou, quem sabe, a velhice do pai e da mãe seja curiosamente nossa última gravidez.” (8º§) – advérbio de modo.
- D) “É quando aquele pai que segurava com força nossa mão já não tem como se levantar sozinho.” (3º§) – preposição.

Questão 07

Em relação aos aspectos linguísticos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Em “– Estou aqui, estou aqui, pai!” (30º§), a palavra destacada tem a função sintática de vocativo.
- B) No trecho “É quando aquele pai que segurava com força nossa mão [...]” (3º§), o termo sublinhado retoma “aquele pai”.
- C) No excerto “[...] só procura onde é a porta e onde é a janela – tudo é corredor, tudo é longe.” (4º§), o travessão foi usado para separar expressões explicativas.
- D) Em “E assim como mudamos a casa para atender nossos bebês, [...]” (9º§) a expressão grifada estabelece com a oração anterior uma relação de conclusão e pode ser substituída por “por conseguinte”.

Questão 08

O texto parte de um fato do cotidiano: da necessidade dos filhos cuidarem de seus pais quando eles apresentam limitações próprias da idade ou do estado de saúde. Diante das ideias evidenciadas ao longo do texto, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A ordem natural é que os pais cuidem dos seus filhos, pois eles necessitam dos cuidados dos pais, como também “foge à ordem natural dos fatos” quando o filho morre antes dos pais.
- () Declarar que “todo filho é pai da morte de seu pai” nos remete que há filhos que se tornam pais de seus pais, no momento em que eles se encontram debilitados devido a problemas consequentes da idade avançada ou de saúde.
- () A expressão “pai da morte de seu pai” evidencia a proximidade do fim da vida dos pais.

A sequência está correta em

- A) F, V, F.
- B) F, F, V.
- C) V, F, F.
- D) V, V, V.

Questão 09

Fabrizio Carpinejar legitima que “sempre foi um contador de histórias, mas poesia não é contação de histórias e sim uma overdose do que somos, do que sentimos e do que queremos”. Sobre o texto “Todo filho é pai da morte de seu pai”, é IMPOSSÍVEL afirmar que:

- A) Dizer que os pais deveriam ser eternos é uma afirmativa de senso comum e que contraria a ordem natural dos fatos.
- B) O fato dos pais estarem doentes e debilitados exige que os filhos realizem mudanças em suas casas para atender às necessidades destes.
- C) O texto trata-se de uma crônica lírica em que o autor relata com nostalgia e sentimentalismo a história e, com isso, desperta a sensibilidade no leitor.
- D) Ao desenvolver seu estilo e ao selecionar as palavras que utiliza em seu texto, o cronista está transmitindo, ou seja, exprimindo ao leitor a sua visão de mundo.

Questão 10

De acordo com a adequação linguística apropriada ao texto, assinale a afirmativa correta.

- A) “Lento, devagar, impreciso.” (2º§) é uma oração que se estrutura através apenas de predicado.
- B) No excerto “Colocou o rosto de seu pai contra seu peito.” (23º§), a preposição “contra” expressa fundamentalmente ideia de discordância.
- C) No trecho “[...] e triste do filho que aparece somente no enterro e não se despede um pouco por dia.” (18º§), o termo grifado exprime circunstância de designação.
- D) Em “Pois envelhecer é andar de mãos dadas com os objetos, envelhecer é subir escada mesmo sem degraus.” (15º§), a expressão destacada denota ideia de explicação.

Questão 11

A crônica evidencia uma possível perspectiva, um provável ponto de vista a partir de um futuro sobre o tempo presente de acordo com a convicção do articulista. Para comprovar tal eventualidade, foi empregada como uma das estratégias textuais:

- A) O tipo textual descritivo, no qual o autor tenta convencer o leitor de que seu entendimento, ou seja, o seu ponto de vista é o correto.
- B) A preponderância da utilização do tempo verbal no pretérito perfeito do modo indicativo para reproduzir os fatos arrolados ao longo do texto.
- C) A impessoalidade verbal, dando ideia de tempo decorrido, reafirmando, assim, efeitos de um comportamento indevido demonstrado por muitos filhos.
- D) Circunstâncias reais, vivenciadas pela sociedade no tempo presente, e que irão perdurar futuramente, visto que o texto aborda uma ideia que conceptualiza a linguagem na sua dimensão social e cultural.

Questão 12

O significado das palavras é estudado pela semântica – a parte da gramática que estuda não só o sentido das palavras como as relações de sentido que as palavras estabelecem entre si. Compreender essas relações nos proporciona o alargamento do nosso universo semântico, contribuindo para uma maior diversidade vocabular e maior adequação aos diversos contextos e intenções comunicativas. A alternativa em que o significado da palavra está INCORRETAMENTE indicado é:

- A) “A barra é emblemática.” (12º§) – metafórica; representativa.
- B) “Seremos arquitetos, decoradores, engenheiros frustrados.” (16º§) – decepcionados; desapontados.
- C) “Meu amigo José Klein acompanhou o pai até seus derradeiros minutos.” (19º§) – últimos; decisivos.
- D) “É quando o pai envelhece e começa a trotear como se estivesse dentro de uma névoa.” (2º§) – apressar-se; acelerar-se.

Questão 13

Observe as transcrições textuais a seguir:

“No hospital, a enfermeira fazia a manobra da cama para a maca, [...]” (20º§)

“É quando aquele pai, outrora firme e intransponível, enfraquece de vez e demora o dobro da respiração para sair de seu lugar.” (3º§)

A função sintática exercida pelas expressões sublinhadas nas frases é, respectivamente:

- A) Sujeito; aposto.
- B) Objeto direto; sujeito.
- C) Sujeito; agente da passiva.
- D) Predicativo do sujeito; vocativo.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 14

É comum, sobretudo em textos dissertativos, que, a respeito de determinados fatos, algumas opiniões sejam emitidas. Ser capaz de localizar a referência aos fatos, distinguindo-a das opiniões relacionadas a eles, representa uma condição de leitura eficaz.

(Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: maio de 2024. Fragmento.)

Tendo em vista as características discursivas do texto e sua temática, assinale o trecho transcrito que **NÃO** apresenta uma opinião do autor.

- A) “Aquele vida que nos gerou depende de nossa vida para morrer em paz.” (7º§)
- B) “Meu amigo José Klein acompanhou o pai até seus derradeiros minutos.” (19º§)
- C) “Ou, quem sabe, a velhice do pai e da mãe seja curiosamente nossa última gravidez.” (8º§)
- D) “E feliz do filho que é pai de seu pai antes da morte, e triste do filho que aparece somente no enterro e não se despede um pouco por dia.” (18º§)

Questão 15

Tendo em vista as informações configuradas no texto, é possível inferir que o seu principal objetivo sociocomunicativo é:

- A) Descrever um estilo de vida.
- B) Argumentar em favor de uma temática.
- C) Esclarecer a respeito de um assunto irrelevante.
- D) Contar sobre ações que geram más consequências.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA

Questão 16

Tendo-se por base a importância de se atentar para a ética no serviço público, são deveres do servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, **EXCETO**:

- A) Tratar com urbanidade, cortesia, respeito, educação e consideração, todos aqueles com quem se relacionar em função do trabalho.
- B) Manter-se afastado de quaisquer atividades, laborativas ou não, que reduzam ou denotem reduzir sua autonomia e independência profissional.
- C) Ser probo, reto, leal e justo sempre que estiver diante de duas ou mais opções, buscando atender, sempre que possível, a opção que melhor se adequa aos interesses dos servidores do Tribunal de Justiça.
- D) Adotar atitudes e procedimentos objetivos e imparciais, em particular nas instruções e relatórios, que deverão ser tecnicamente fundamentados e baseados, exclusivamente, nas evidências obtidas e organizadas de acordo com as normas do Poder Judiciário.

Questão 17

O relacionamento interpessoal é a interação entre duas ou mais pessoas e faz parte do cotidiano de todos os seres humanos. Está relacionado à forma como o indivíduo se relaciona com as pessoas à sua volta; logo, saber relacionar-se faz parte da vida do ser humano.

(CHIAVENATO, Idalberto. *Iniciação à Teoria das organizações*. São Paulo: Manole, 2010. Adaptado.)

Sobre relacionamento interpessoal e trabalho em equipe, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O relacionamento interpessoal na gestão pública tem impacto nas relações administrativa e social.
- () O relacionamento interpessoal e o trabalho em equipe em determinado órgão afetam diretamente a imagem do administrador público e da instituição, podendo influenciar a confiança da população e a efetividade das políticas públicas.
- () É importante que no ambiente de trabalho se pratique o *feedback*, pois é a prática que visa dar retorno a uma pessoa sobre o seu desempenho, serve para aprimorar as habilidades dos colaboradores, encorajar, criar confiança e solucionar problemas que possam estar acontecendo.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, F, V.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 18

Com base em conhecimentos relativos a noções de gestão pública e ética, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) No exercício do cargo, o técnico judiciário, assim como os demais servidores, deverá reconhecer e respeitar a diversidade individual, religiosa e cultural.
- B) Os servidores públicos, no exercício de cargo ou de função, deverão zelar pela publicidade dos dados pessoais de todos aqueles que se relacionam com o Poder Judiciário.
- C) Todo e qualquer servidor do Tribunal de Justiça está impedido de utilizar recursos, bens patrimoniais e a imagem da entidade para atender interesses pessoais, políticos, partidários ou sindicais.
- D) Os atos, os comportamentos e as atitudes dos servidores do Tribunal de Justiça serão pautados por avaliação de natureza ética, a fim de harmonizar as práticas pessoais com os valores institucionais.

Questão 19

O Serviço de Atendimento ao Cidadão, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, encontra-se devidamente instituído e regulamentado e denomina-se Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). A respeito desse serviço, assinale a afirmativa correta.

- A) O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) divulga informações de interesse coletivo e geral por meio do portal da *internet*.
- B) Advogados e quaisquer interessados podem apresentar pedidos de acesso a informações ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Os pedidos devem, obrigatoriamente, conter os motivos determinantes das solicitações.
- C) Pedidos de informações ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão devem ser feitos de forma eletrônica ou por meio de correspondência física, não estando legalmente previstas solicitações de informações de forma presencial.
- D) Para fornecimento de informações solicitadas por meio de correspondência física, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão cobrará taxa para ressarcimento de todos os custos, exceto aqueles relativos às simples reproduções e aos materiais utilizados.

Questão 20

Considerando as normas legais e constitucionais aplicáveis aos servidores públicos civis do Estado do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

- A) Remuneração do trabalho noturno superior à remuneração do trabalho diurno não é aplicável.
- B) É direito do servidor ter remuneração do serviço extraordinário superior a 50% à remuneração normal, no mínimo.
- C) Os servidores públicos não têm direito a adicional de remuneração para as atividades penosas e insalubres ou perigosas.
- D) Irredutibilidade de salário ou vencimento só é possível por meio de acordo entre o servidor e o ente com o qual possui vínculo.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Questão 21

O Período Regencial (1831-1840) foi marcado como um dos momentos de maior instabilidade política da história do Brasil. Em um curto período de tempo ocorreram várias revoltas, em diferentes províncias, que ameaçavam as estruturas econômicas e sociais do país. Dentre as revoltas regenciais, aquela que ocorreu na província do Maranhão e o grupo social responsável por liderá-la estão corretamente assinalados em:

- A) Cabanagem: os cabanos, em sua grande maioria, eram formados por indígenas (tapuios, entre outras nações), pobres livres e negros.
- B) Guerra dos Farrapos: liderados por Bento Gonçalves, Davi Canabarro, Bento Manuel Ribeiro e contando com a participação do italiano *Giuseppe Garibaldi*.
- C) Balaiada: a liderança passou pelas mãos de um pobre fabricante de balaios, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (por isso o nome de Balaiada), do vaqueiro Raimundo Gomes e do negro Cosme Bento das Chagas.
- D) Sabinada: foi liderada pelo jornalista, médico, republicano e revolucionário federalista baiano Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira Barroso (1796-1846) e pelo advogado e político João Carneiro da Silva Rego.

Questão 22

No ano de 1612 os franceses tentaram organizar uma colônia no Brasil: a França Equinocial. A expedição francesa, comandada por Daniel de *La Touche*, fundou o Forte de São Luís, em homenagem ao rei da França, e que deu origem à cidade de São Luís, hoje capital do Maranhão. A respeito da invasão francesa no Maranhão, além dos objetivos comerciais, outro fato que originou tal intento foi:

- A) A França estava inserida no Tratado de Tordesilhas e, por direito, essas terras eram suas.
- B) O não reconhecimento e a discordância dos franceses com relação ao Tratado de Tordesilhas.
- C) O fato dos franceses serem antigos aliados dos ingleses e, com isso, almejavam as terras ocupadas por Portugal.
- D) Como a capitania do Maranhão estava totalmente abandonada e desabitada, os franceses se aproveitaram para efetuar a invasão.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Questão 23

Os holandeses invadiram o Maranhão entre 1641 e 1644, estabelecendo um forte domínio militar e econômico baseado, sobretudo, na exploração do comércio do açúcar. A invasão holandesa no Maranhão é vista na historiografia como mais “perigosa” e complexa do que a francesa, ocorrida por volta de três décadas antes. Os fatores históricos que colaboraram para essa visão “mais perigosa” sobre a invasão holandesa denotam que:

- A) A França realizava missões artísticas e obras de infraestrutura em suas áreas coloniais, ao passo que os holandeses eram reconhecidos por implantar impostos proibitivos às atividades comerciais.
- B) A Holanda queria implantar o anglicanismo nas áreas coloniais sob o seu domínio, o que gerava fortes embates contra os colonos católicos espanhóis e portugueses, temerosos de perseguições religiosas.
- C) Os holandeses não realizaram investimentos estruturais em Pernambuco durante o seu longo domínio. Maurício de Nassau era um reconhecido perseguidor de católicos e isso gerava forte medo nos colonos do Maranhão.
- D) A Holanda do final do século XVII tem a maior marinha do mundo, superando já a espanhola e a inglesa; é inimiga declarada do império luso-castelhano e, ainda por cima, os holandeses eram protestantes, considerados ao mesmo tempo “rebeldes”, “hereges” e protetores de judeus na Europa.

Questão 24

A atual legislação brasileira de recursos hídricos preconiza a adoção das bacias hidrográficas como unidade territorial de planejamento e gestão desses recursos. Este é um modelo de planejamento integrado onde componentes ambientais e sociais são compreendidos no contexto de suas relações sistêmicas.

(PESSOA, F. S. FAÇANHA, A. C., 2016, p. 735.)

A respeito da Bacia do Rio Parnaíba, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Pode ser considerada como a maior Bacia genuinamente nordestina e uma das mais importantes Bacias Hidrográficas da região Nordeste.
- B) Por se situar em vasta extensão do bioma Caatinga, o Rio Parnaíba é considerado como rio intermitente, cuja foz, em forma de estuário, é utilizada na pecuária.
- C) Em virtude de sua extensão territorial, abrangendo os estados do Piauí, Maranhão e Ceará, perpassa três biomas diferentes, a saber: o Cerrado, a Caatinga e o Costeiro.
- D) O Rio Parnaíba, que assinala a divisa entre os estados do Maranhão e Piauí, tem como afluentes rios diversos cujas nascentes se localizam na Chapada das Mangabeiras.

Questão 25

O Maranhão se localiza entre três grandes biomas: o Amazônico, a Caatinga e o Cerrado. Apesar disso, é o estado da Amazônia Legal com menor número de áreas protegidas.

(ARAÚJO; LOPES; CARVALHO FILHO, 2011, P. 38/39.)

Assinale, dentre as alternativas a seguir, a única que identifica corretamente as unidades de conservação existentes no estado do Maranhão.

- A) Parque Nacional da Chapada das Mesas; Reserva Biológica do Gurupi; Reserva Estadual de Monte Alegre; e, Parque Nacional de Juruena.
- B) Parque Estadual do Mirador; Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; Reserva Biológica do Gurupi; e, Parque Nacional da Chapada das Mesas.
- C) Reserva Biológica do Gurupi; Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; Parque Estadual da Serra dos Reis; e, Parque Nacional do Tapirapé.
- D) Parque Estadual do Mirador; Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; Reserva Estadual de Monte Alegre; e, Parque Nacional da Serra do Pardo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

Questão 26

Daniel, servidor público efetivo do TJMA, está lotado na Comarca da Ilha de São Luís. De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, tal Comarca é considerada de entrância

- A) final.
- B) inicial.
- C) especial.
- D) intermediária.

Questão 27

As custas judiciais, destinadas exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça e prestados exclusivamente pelo Poder Judiciário, têm por fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense e são devidas pelas partes. À luz da Lei nº 12.193, de 29 de dezembro de 2023, todas as afirmativas a seguir estão corretas, a EXCEÇÃO de uma; assinale-a.

- A) Não constam no rol de isenção de pagamento de custas a remessa necessária.
- B) Nas ações penais públicas, as custas judiciais serão pagas ao final e nas ações penais privadas serão antecipadas pelo querelante.
- C) Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento totais do pedido, e não havendo transação a respeito, as custas serão pagas pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.
- D) A extinção do processo, em qualquer fase, não desobriga do pagamento das custas exigíveis e nem permite a restituição das recolhidas. Não cabe restituição de custas mesmo quando a petição inicial for indeferida ou não conhecido o recurso.

Questão 28

Tendo em vista os juizados especiais, analise as afirmativas a seguir.

- I. As Turmas Recursais Cíveis e Criminais são igualmente competentes para processar e julgar os mandados de segurança e os *habeas corpus* impetrados contra Juiz de Direito dos Juizados Especiais.
- II. Os mandados de segurança impetrados contra ato de Juiz de Turma Recursal ou contra decisões por ela emanadas, serão processados e julgados pela própria Turma Recursal, convocado em qualquer caso um suplente que será o relator.
- III. As Turmas Recursais Permanentes da Comarca da Ilha de São Luís poderão ter jurisdição sob outras comarcas, a serem designadas por Resolução do Tribunal de Justiça.

À luz da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, e suas alterações, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.

Questão 29

Determinado candidato logrou êxito na aprovação em Concurso Público para o Provimento de Cargos Efetivos de Servidores do TJMA; e, após sua nomeação, tomou posse em seu cargo na secretaria do juizado especial. Tendo em vista o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão e suas alterações, analise as afirmativas a seguir.

- I. Referir-se, por qualquer meio, de forma depreciativa, a magistrado de qualquer grau, ainda que na ausência deste; ou ao Tribunal de Justiça ou a qualquer outro Tribunal do país.
- II. Desrespeitar determinações legais das autoridades a que estiver direta ou indiretamente subordinado.
- III. Prestar, pessoalmente ou por telefone, a qualquer pessoa que não for parte no feito ou seu procurador constituído, informações sobre atos de processo que corram em segredo de Justiça.

Além das proibições do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado, constitui falta grave do servidor as condutas descritas em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 30

Beto, servidor público lotado nos Quadros de Servidores de Provimento Efetivo do TJMA, está estudando a Lei Estadual nº 9.109, de 29 de dezembro de 2009. Em relação às reclamações e recursos contra cobrança de custas e despesas judiciais indevidas, Beto concluiu corretamente que:

- A) Tais reclamações serão feitas pelo interessado junto ao juiz do feito.
- B) Deverá ser ajuizada Ação de Cobrança Especial das custas pagas indevidamente.
- C) Quando a reclamação for contra servidor da Secretaria do Tribunal de Justiça, a competência para conhecê-la será do Corregedor-Geral de Justiça.
- D) As reclamações serão encaminhadas ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), que providenciará a cobrança administrativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 31

O controle de estoque é uma das principais abordagens relacionadas com a administração de materiais, auxiliando na otimização dos processos empresariais. O controle de estoque visa maximizar a eficiência por meio da análise do *feedback* de vendas e do alinhamento com o planejamento e a programação da produção. A implementação eficaz do controle de estoques requer a consideração de diversos requisitos, os quais podem variar de acordo com o perfil da empresa e, principalmente, com o tipo de linha de produção adotada. No entanto, independentemente do contexto, existem dez características fundamentais que se aplicam universalmente aos processos administrativos de planejar, organizar e controlar. Assinale a afirmativa INCORRETA no que diz respeito ao controle de estoques.

- A) Coordenação adequada e apropriada de todos os setores envolvidos na compra, recebimento, teste, aprovação, estocagem e pagamento a fornecedores.
- B) Elaboração de uma estrutura organizacional descentralizada para facilitar o processo de tomada de decisão quanto a compra de insumos, processamento, distribuição e transporte de produtos acabados.
- C) Criação de um sistema interno de conferência, de forma que todas as operações envolvidas na compra e consumo de materiais sejam verificadas e aprovadas por pessoas autorizadas e de nível adequado.
- D) Emissão regular de relatório de materiais comprados, entregues, saldos, itens obsoletos, devoluções a fornecedores e registro de toda e qualquer informação que se faça necessária para uma correta avaliação do desempenho.

Questão 32

“Pereira foi nomeado servidor público para atuar na Divisão de Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA. Como todo novo funcionário, ao ingressar numa organização, a sensação é de estar acessando um novo mundo, desconhecido, cheio de surpresas e que passará a fazer parte da sua vida. A organização deve prover todas as condições para que o novo membro se sinta integrado e conheça todos os elementos que compõem a sua cultura organizacional. Sobre as práticas e os comportamentos associados à cultura organizacional, _____ é um processo de aprendizagem permanente que começa quando o indivíduo entra na organização e que continua até a sua saída, envolvendo a aquisição de conhecimento social e as experiências para realizar um trabalho específico e se adequar aos aspectos culturais da organização.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) a percepção
- B) a socialização
- C) o empoderamento
- D) a gestão de conflitos

Questão 33

A Norma ISO 9000 apresenta oito princípios de gestão da qualidade. Um princípio é uma crença ou regra fundamental e abrangente para conduzir e operar uma organização, visando melhorar continuamente seu desempenho a longo prazo, pelo foco nos clientes e, ao mesmo tempo, encaminhando as necessidades de todas as partes interessadas. Com base nos oito princípios de gestão da qualidade, analise as afirmativas a seguir.

- I. O princípio do envolvimento das pessoas tem como aplicação a construção de um ambiente inovador e criativo que contribua para a realização dos objetivos da organização.
- II. O princípio da abordagem sistêmica para a gestão tem como benefício fornecer um melhor entendimento de papéis e responsabilidades para alcançar objetivos comuns, reduzindo barreiras funcionais e melhorando o trabalho em equipe.
- III. O princípio da melhoria contínua indica que decisões eficazes são baseadas na análise de dados e informações precisas, confiáveis e suficientes.
- IV. O princípio da liderança está ligado a criação e manutenção de um ambiente interno, no qual as pessoas possam estar totalmente envolvidas no propósito de atingir os objetivos da organização.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) I e II.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 34

É de suma importância que o Técnico Judiciário desempenhe suas funções primando pela excelência no atendimento ao público em geral. Para isso, faz-se necessário conhecer e saber operacionalizar os sistemas do processo judicial eletrônico, os sistemas de controle de processos administrativos, além dos demais sistemas eletrônicos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA. A constante busca de aprimoramento desses sistemas vai ao encontro do que se denomina gestão pública empreendedora. A esse respeito, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Ter iniciativa, gerar ideias e inovações, correr riscos calculados, agir com liderança e comprometimento são alguns comportamentos empreendedores que todas as pessoas possuem em potencial, que podem ser mais ou menos estimulados e desenvolvidos dependendo da mentalidade e dos interesses dos governantes ou dos gestores públicos.
- B) A noção de empreendedor passou a ser tratada de forma ampla e em diferentes setores, como alguém que cria e se responsabiliza por determinado trabalho ou empreendimento. Essa noção de empreendedor pode auxiliar no entendimento e em uma possível resposta ao questionamento sobre o porquê de um órgão público ser mais eficiente que outros.
- C) O setor público é composto por organizações da Administração Pública direta e indireta, nas quais servidores concursados convivem com funcionários terceirizados e com ocupantes de cargos públicos de livre nomeação. Todas as pessoas que atuam em organizações públicas apresentam comportamentos diferenciados e, por isso, são chamados empreendedores públicos.
- D) Os empreendedores não são apenas as pessoas que criam e atuam em organizações privadas. As pessoas agem como empreendedoras independentemente da organização, do ambiente ou do setor produtivo. Os empreendedores, ao identificar e coordenar oportunidades, agem para atender necessidades que podem ser individuais, coletivas e/ou de interesse público.

Questão 35

O imaginário comum sobre a estrutura governamental brasileira remete a instituições burocratizadas, densas e com pouco espaço para mudança. Esta visão popular encontra embasamento nas teorias organizacionais clássicas sobre governos – que deveriam ser organizados para que fossem os mais estáveis e previsíveis possíveis, podendo, assim, prestar serviços uniformes e de qualidade aos cidadãos. Contudo, como lidar com essa estrutura quando seu objetivo final – o atendimento ao público – não é garantido? As novas perspectivas trazidas pela inovação no setor público dialogam com este dilema. Se os serviços oferecidos pelo governo não apresentam a qualidade ideal, é preciso repensar sua estrutura de funcionamento. Dentro do campo da inovação no setor público, é a transformação governamental que endereça, especialmente, essa necessidade.

(Caminhos da inovação no setor público – Brasília: Enap, 2022. Adaptado.)

Sobre inovações no setor público, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A inovação no setor público se mostra indispensável aos gestores públicos, a fim de lidarem com as novas demandas de uma sociedade cada vez mais conectada em rede, inclusive em relação aos serviços públicos.
- () Em uma sociedade em rede, as pessoas buscam serviços rápidos via dispositivos eletrônicos. Essas pessoas esperam contrapartida ágil da Administração Pública e, por isso, faz-se necessário que os servidores públicos tenham ciência que as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) são espaços eletrônicos que têm cada vez mais modificado as práticas de gestão das organizações, inclusive no setor público.
- () Apesar da aproximação entre os temas: inovação e transformação, a transformação governamental deve ser compreendida como uma parte do campo maior de inovação no setor público. Enquanto a inovação se preocupa em propor novas soluções para problemas persistentes, a transformação quer deixar um legado maior neste processo – ao criar soluções, quer transformar as pessoas envolvidas, para que sejam capazes de multiplicar metodologias inovadoras em seus espaços de trabalho.

A sequência está correta em

- A) V, F, F.
- B) F, V, F.
- C) F, V, V.
- D) V, V, V.

Questão 36

Sobre governança e *accountability* na Administração Pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A governança pública está relacionada à legalidade e à legitimidade das ações, mais que um rígido valor, em que a interação entre o contexto público e o social representa um papel crucial.
- B) O termo *accountability* tem uma tradução específica para o português: responsabilidade. Por isso, tornou-se fator importante no setor público para a implementação das políticas públicas e para a continuidade do Estado.
- C) A governança pública é um complexo de princípios e atividades envolvendo a gestão no setor público para a sociedade. Nesta perspectiva, a governança pública não é somente uma questão de aumento de efetividade, mas também de guardar a legalidade e a legitimidade.
- D) O termo *accountability* decorre do padrão de relacionamento entre governo e cidadão, estando o seu conceito pautado na relação de interesse do Estado e das necessidades do cidadão. Dessa maneira, a Administração Pública e as ações governamentais, que envolvem esse vínculo, devem estar alinhados à filosofia da *accountability*.

Questão 37

Sobre orçamento público, conceitos e princípios, em regra, nenhuma parcela da receita pública poderia ser reservada ou comprometida para atender a determinado gasto. A proibição da vinculação da receita de impostos foi estabelecida com o objetivo de manter a discricionariedade da administração na alocação das receitas públicas aos gastos públicos. Nesse sentido, é VEDADA a vinculação de receita de impostos destinados à:

- A) Realização de atividades de administração tributária.
- B) Realização de ações e serviços públicos da área da saúde e ensino.
- C) Prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
- D) Subvenção de Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), voltado para o estímulo de projetos culturais prioritários da União.

Questão 38

A lei federal que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a Elaboração e para o Controle dos Orçamentos e Balanços dos Entes Federativos classifica as despesas em diferentes categorias econômicas. As dotações orçamentárias a serem utilizadas para o planejamento e para a execução de obras são consideradas:

- A) Investimentos.
- B) Despesas de custeio.
- C) Inversões financeiras.
- D) Transferências correntes.

Questão 39

As leis orçamentárias passam anualmente por uma sequência de fases em que diferentes atores exercem papéis estabelecidos previamente em lei. Nesse sentido, assinale a afirmativa correta a respeito do ciclo orçamentário.

- A) O Poder Executivo jamais poderá alterar a proposta orçamentária de outros poderes.
- B) Compete ao Poder Executivo elaborar, aprovar e fiscalizar a execução das leis orçamentárias.
- C) O Poder Legislativo tem, entre algumas de suas prerrogativas, receber, discutir, emendar e aprovar as leis orçamentárias.
- D) O ciclo orçamentário se limita à elaboração da proposta orçamentária, à apreciação da proposta orçamentária pelo Legislativo e à execução do orçamento.

Questão 40

A Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência de *Nova York* e seu protocolo facultativo, de 30 de março de 2007, foi aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, nos termos do Art. 5º, § 3º da Constituição Federal, e ratificada e promulgada pelo Decreto Presidencial nº 6.949/2009. O Decreto Presidencial acarreta três efeitos básicos: promulgação da convenção, publicação oficial de seu texto e a excoutoriedade do ato internacional, que passa a vincular e a obrigar sua observância no plano interno. Sobre a vigência no plano interno da convenção aludida, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à sua cidadania, assinale a afirmativa correta à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- A) Qualquer normativa internacional ratificada pelo Brasil será sempre internalizada como norma infraconstitucional, como uma lei ordinária, já que inexistente previsão constitucional em sentido diverso.
- B) Como a normativa aludida trata de direitos humanos e foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, tal Convenção é equivalente às Emendas Constitucionais.
- C) A Convenção aludida foi internalizada como lei ordinária, o que ocorreria mesmo que tivesse sido aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, por não se tratar de Emenda Constitucional e inexistir previsão constitucional em sentido diverso.
- D) A Convenção Internacional em análise equivale à Emenda Constitucional, independentemente do quórum de aprovação, já que, por versar sobre direitos humanos, consubstancia verdadeiro direito fundamental a integrar o rol do Art. 5º da CF/88, na medida em que a própria constituição afirma que os direitos e garantias expressos nela não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte.

Questão 41

Perseu, laborando como motorista de ônibus coletivo da empresa Flexa, no município Alfa, atropela Heródoto, quando este tentava atravessar a via fora da faixa de pedestre em uma curva. Considerando a situação hipotética, assinale a afirmativa correta sobre eventual responsabilidade civil dos personagens envolvidos.

- A) Perseu certamente responderá subjetivamente, e apenas o município Alfa responderá objetivamente, nos termos da teoria do risco administrativo.
- B) Perseu e o município Alfa responderão subjetivamente por eventuais danos que tenham causado à Heródoto, de modo que é imprescindível a demonstração de culpa em sentido *lato*.
- C) Apenas Perseu responderá objetivamente por eventuais danos que tenham causado a Heródoto, de modo que é prescindível a demonstração de dolo ou culpa, devendo cingir-se o conjunto probatório à demonstração do nexos causal e do dano.
- D) A empresa de ônibus Flexa responderá objetivamente pelos danos causados a Heródoto, em razão da teoria do risco administrativo, que tem assento constitucional, por ser prestadora de serviço público, ao passo que Perseu apenas responderá subjetivamente em ação de regresso nos casos de dolo ou culpa.

Questão 42

Sobre as variadas concepções ou acepções a serem consideradas para conceituar o termo “Constituição”, analise as afirmativas a seguir.

- I. No sentido político de *Carl Schmitt*, a Constituição se aloca no mundo do dever-ser, e não no mundo do ser, caracterizando-a como decorrência da vontade racional do homem, e não das leis naturais.
- II. Do ponto de vista material, o que vai definir se uma norma é constitucional é o seu conteúdo, pouco importando a forma pela qual essa norma foi introduzida no ordenamento jurídico, se dentro ou fora do texto constitucional.
- III. No sentido jurídico, associado a *Hans Kelsen*, a constituição de um país é uma decisão política fundamental (estrutura e órgãos do Estado, direitos individuais, vida democrática etc.), decisão concreta de conjunto sobre o modo e forma de existência da unidade política, diferenciando-a de leis constitucionais, que são os demais dispositivos inscritos no texto do documento constitucional.
- IV. No sentido sociológico, associado ao alemão *Ferdinand Lassalle*, a constituição de um país é, em essência, a soma dos fatores reais do poder (forças políticas, econômicas e sociais) que regem a sociedade, sendo esta a Constituição real e efetiva.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

Questão 43

Analise as seguintes situações hipotéticas:

- I. Zorobabel, servidor público de autarquia estadual, ao ser investido no mandato de senador, ficará necessariamente afastado de seu cargo público, enquanto, nessa condição, bem como o seu afastamento será contado como tempo de serviço no cargo para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- II. Salatiel, servidor público do Poder Judiciário do estado Z, ao ser investido no mandato de governador, ficará necessariamente afastado do seu cargo público, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, bem como o seu afastamento não será contado como tempo de serviço no cargo para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- III. Golias, servidor de fundação pública federal, ao ser investido no mandato de prefeito do município Z1, ficará necessariamente afastado do cargo público, sendo-lhe facultado optar pela remuneração, bem como o seu afastamento será contado como tempo de serviço no cargo para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- IV. Josué, servidor público do Tribunal de Justiça do Estado X, ao ser investido no mandato de vereador, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, havendo compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, ser-lhe-á obrigatório optar pela sua remuneração, bem como, caso seja afastado, o tempo de afastamento será contado como tempo de serviço no cargo para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) IV.
- C) I e III.
- D) II e IV.

Questão 44

Os direitos e deveres individuais e coletivos são elementos essenciais do sistema jurídico, garantindo a proteção dos cidadãos e a ordem na sociedade. Nesse sentido, de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a afirmativa correta.

- A) É garantido a todos o direito de acesso à informação; porém, o sigilo da fonte é resguardado, quando necessário ao exercício profissional.
- B) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, inclusive, o trânsito em julgado.
- C) A livre manifestação do pensamento é um direito assegurado, permitindo que os indivíduos expressem suas opiniões, inclusive sendo facultado o anonimato.
- D) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, exceto ao invocar essas razões para se isentar de obrigações legais impostas a todos e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei ou judicialmente.

Questão 45

No contexto do ordenamento jurídico, o Poder Legislativo assume uma função central na criação e implementação das leis que regem a sociedade. Composto por representantes eleitos, o poder em questão desempenha um papel fundamental na expressão da vontade popular e na consolidação dos princípios democráticos. Quanto à abordagem que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 adota em relação ao Poder Legislativo, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Deputados federais são escolhidos pelo sistema proporcional, e senadores pelo sistema majoritário.
- B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- C) Cabe ao Congresso Nacional, independente da sanção do Presidente da República, autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos, bem como a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- D) Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Questão 46

A Constituição Federal prevê que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes. Nessa toada, mais recentemente tivemos a edição de uma nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativo, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Assim, acerca da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 2021), assinale a afirmativa correta.

- A) A concorrência, na nova Lei de Licitações, é modalidade licitatória obrigatoriamente utilizada para as contratações de grande vulto.
- B) O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- C) Na nova Lei de Licitações, a tomada de preços é a modalidade licitatória utilizada para a realização do registro dos preços apresentados pelos licitantes, permitindo futuras contratações.
- D) O concurso é modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de menor preço.

Questão 47

Os princípios jurídicos aplicáveis à Administração Pública são normas que conformam o chamado regime jurídico administrativo. Desse modo, em relação aos princípios que regem a Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. O princípio da legalidade possui a mesma dimensão, alcance e conteúdo tanto para os particulares quanto para a Administração Pública.
- II. O princípio da publicidade confere ampla discricionariedade ao gestor público para selecionar quais atos podem estar resguardados pelo sigilo.
- III. A vedação ao nepotismo no poder público não exige a edição de lei formal, uma vez que decorre diretamente dos princípios da Administração Pública contidos no texto constitucional.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.

Questão 48

Marta, moradora do bairro Laranjeiras, obteve o consentimento do Município, dado por meio da edição de um ato administrativo de natureza discricionária, para fechar a rua de sua casa para a realização de uma festa junina com seus vizinhos, de modo a celebrarem essa festividade. Diante do caso narrado, o instrumento jurídico utilizado pelo Município para a manifestação do consentimento é:

- A) Autorização de uso de bem público.
- B) Servidão administrativa sobre bem público.
- C) Concessão de direito real de uso de bem público.
- D) Contrato administrativo para o uso de bem público.

Questão 49

A Administração Pública se comporta e exterioriza sua vontade cotidianamente por meio da prática de diversos atos que, quando reúnem certas características, são denominados de atos administrativos. Destarte, no tocante aos atos administrativos, bem como sua discricionariedade e vinculação, assinale a afirmativa correta.

- A) Nos chamados atos discricionários, todos os elementos que o compõem (sujeito competente, motivo, forma, objeto e finalidade) são dotados de discricionariedade.
- B) O desvio de poder nos atos administrativos é um vício que afeta o elemento da competência, referindo-se aos casos em que o agente age fora das suas atribuições e com excesso.
- C) Nos atos administrativos conhecidos como vinculados, o legislador já realizou uma pré-seleção e pré-estipulou o conteúdo dos elementos que compõem os atos administrativos determinados legalmente.
- D) Pelo atributo da imperatividade dos atos administrativos, eles podem ser cumpridos independentemente da necessidade de uma determinação judicial, dividindo-se em *privilège d'action d'office* (privilégio da ação de ofício) e *privilège du préalable* (privilégio do prévio).

Questão 50

De modo a cumprir com os deveres constitucionais e legais, a Administração Pública necessita se estruturar de uma maneira organizada, que seja capaz de atender às demandas e aos anseios da coletividade. Em relação à organização administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) Os órgãos públicos são plexos de competências que não possuem personalidade jurídica.
- B) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público que podem prestar serviços públicos ou explorar atividade econômica.
- C) As sociedades de economia mista, por serem pessoas de direito privado, não se submetem à exigência do concurso público para a seleção de seus empregados.
- D) Conforme posição do Supremo Tribunal Federal, as fundações públicas são sempre de direito público, sendo incompatível com essa figura o regime jurídico de direito privado.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 1 (uma) dissertação para todas as especialidades do cargo de Técnico Judiciário, versando sobre tema da atualidade. Será avaliada em 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas para cada resposta. Será penalizado o candidato ou candidata que não obedecer aos limites de número de linhas definidos no subitem 13.7.1 do Edital, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Crítérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	10	De 0 a 2,5 - Ruim
		De 2,6 a 5 - Regular
		De 5,1 a 7,5 - Bom
		De 7,6 a 10 - Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	10	De 0 a 2,5 - Ruim
		De 2,6 a 5 - Regular
		De 5,1 a 7,5 - Bom
		De 7,6 a 10 - Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	5	Desconto de 0,10 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia - PO	5	Desconto de 0,10 ponto por erro
Valor total da Prova		30 pontos

Texto I

A América Latina e o Caribe se destacam como áreas com alta frequência de ataques cibernéticos em todo o mundo, enfrentando mais de 1.600 incidentes por segundo. Esses dados são provenientes de uma colaboração entre uma dúzia de empresas de segurança cibernética, que se uniram para produzir o relatório inaugural de segurança cibernética *ciso latam 2023*, que oferece *insights* de líderes do setor. O relatório destaca o aumento preocupante do crime cibernético e ressalta a importância de os governos e as empresas estarem adequadamente preparados para prevenir e combater os ataques cibernéticos.

Nesse cenário, os *ciberataques* não visam apenas a violar empresas, mas também atingir estrategicamente instituições governamentais e órgãos de segurança pública. Se esses órgãos não forem protegidos adequadamente, isso pode ter um impacto significativo na segurança nacional e na proteção civil. Por esse motivo, os líderes de tecnologia estão cada vez mais concentrados em fortalecer a segurança de suas comunicações por meio de serviços que protegem a integridade das redes de comunicações essenciais usadas pela polícia, pelas forças armadas e por outros órgãos de emergência. O objetivo é minimizar o risco de interrupção ou interceptação de comunicações vitais. Assim, a *cibersegurança* e a disponibilidade de serviços estão interligadas para garantir uma resposta eficaz, tanto por meio de medidas preventivas de segurança quanto pela garantia de eficiência durante situações críticas.

(Disponível em: <https://tiinside.com.br/01/02/2024/tendencias-tecnologicas-em-seguranca-publica-para-2024/>. Publicado em: 01/02/2024. Adaptado.)

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Texto II

Dia Internacional da Proteção de Dados destaca a importância da segurança digital

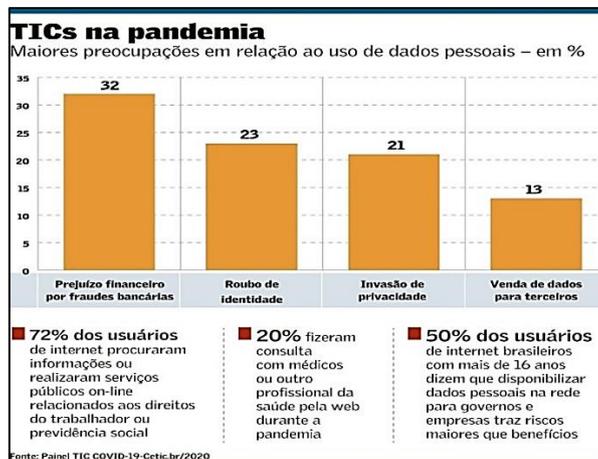
O Dia Internacional da Proteção de Dados Pessoais, celebrado neste domingo (28), discute a relevância crescente do tema. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), implementada em setembro de 2020 no Brasil, tem como propósito assegurar o tratamento adequado de informações pessoais, tanto em meios físicos quanto digitais, abrangendo instituições públicas e privadas. A data marca a relevância da rediscussão sobre o assunto por variados segmentos da sociedade.

Aprovada em 2018 e efetivada em 2020, a LGPD trouxe transformações nos paradigmas das relações atuais, especialmente na economia digital, empoderando os titulares de dados pessoais sobre o uso de suas informações para fins comerciais. Os usuários agora se preocupam não apenas com o cadastro em formulários, mas também com o destino de seus dados, impulsionando as organizações a adotarem maior transparência em suas práticas.

Segundo Juliano Félix, advogado especialista em proteção de dados, os desafios persistem. “A LGPD é uma legislação fundamentalmente preventiva e tem por objetivo assegurar a inviolabilidade dos dados pessoais. Ela exige que os agentes responsáveis pelo tratamento desses dados adotem medidas eficazes a fim assegurar a segurança da informação”, explica.

(Por: *Diário de Pernambuco*. Publicado em: 24/01/2024.)

Texto III



(Disponível em: <https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2020/10/19/>)

A partir dos textos motivadores redija uma dissertação sobre o tema:

“Desafios para a segurança e proteção de dados no meio digital.”

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha; 1 (uma) dissertação para todas as especialidades do cargo de Técnico Judiciário; e, 1 (uma) questão discursiva envolvendo estudo de caso, para todas as especialidades do cargo Analista Judiciário e para o cargo de Oficial de Justiça.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- Para interposição de recursos o candidato ou candidata deverá acessar o sítio eletrônico do Instituto Consulplan www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao objeto do recurso, que será disponibilizado no prazo previsto no subitem 16.2, e inserir as informações solicitadas.